CLIPPING IMPRESSO

13/03/2020

comunicação & informação

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   1.1. EXECUÇÕES PENAIS..... 1 - 2
   1.2. PRESIDÊNCIA..... 3
2. JORNAL O IMPARCIAL
   2.1. CEMULHER..... 4 - 6
3. JORNAL O PROGRESSO
   3.1. COMARCAS..... 7 - 8
   3.2. EXECUÇÕES PENAIS..... 9
   3.3. POSSE..... 10

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Violência

Latrocínio, sequestro e assalto em 12 horas na Ilha

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Sequestro relâmpago, latrocínio e assalto em 12 horas na Grande Ilha

Latrocínio ocorreu no Coroadinho e a vítima levou um tiro na cabeça; militar teve sua arma roubada e um beneficiado da temporária foi preso por roubo

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de **Polícia**

Violência em alta na Região Metropolitana de São Luís. Em um intervalo de menos de 12 horas ocorreram diversos tipos de crimes. Um deles foi um caso de latrocínio (roubo seguido de morte), que teve como vítima, Márcio Gabriel Ferreira Marques, de 19 anos, que levou um tiro na cabeça após recusar entregar o celular para os bandidos. O fato ocorreu na noite de quarta-feira, no Coroadinho.

Nesse mesmo dia, um militar teve a sua arma roubada na porta de sua residência, no Ipem/São Cristóvão. Houve ainda o registro de um sequestro relâmpago e o caso de um beneficiado com a saída temporária da Quaresma, Mateus Bruno Santos Silva, que foi preso acusado de promover um arrastão em São José de Ribamar.

Pânico

Ontem, o clima continuava de tristeza e pânico na Rua do Fio, no bairro do Coroadinho, onde Márcio Gabriel foi abordado por dois criminosos em via pública, e ao se recursar a entregar o celular, acabou alvejado na cabeça.

A vítima ainda foi levada por populares para o Hospital Municipal Socorrão I, no centro, mas morreu nas primeiras horas desta quinta-feira, 12. O corpo foi removido para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga, para ser autopsiado e, na manhã de ontem, foi liberado para os familiares.

Divulgação

Material apreendido com o detento beneficiado com a saída temporária

Os criminosos fugiram em uma motocicleta, levando o celular da vítima. O caso está sendo investigado pela Superintendência de Homicídio e Proteção a Pessoas (SHPP), que até a tarde de ontem não havia registro de identificação dos bandidos.

Sequestro relâmpago

Ainda na noite de quarta-feira, 11, bandidos agiram na área da Cidade Operária e bairros adjacentes. De acordo com a polícia, três criminosos tomaram de assalto um veículo Prisma Cinza, no bairro Santa Clara, e sequestraram o proprietário.

Em seguida, os criminosos saíram pelas ruas dos bairros dessa região, fazendo arrastões. O motorista do veículo permaneceu sob a mira de arma de fogo. Ele somente foi liberado mais tarde no Ipem São Cristóvão, onde o carro foi abandonado por falta de combustível. Os militares foram acionados e realizaram rondas pela região, mas não conseguiram prender os bandidos.

Também nesse bairro, à tarde, de acordo com a polícia, um subtenente, lotado no Batalhão Ambiental da Polícia Militar, teve a sua pistola 380 e documentos pessoais roubados quando estava na porta de sua residência. Os assaltantes fugiram em um veículo Sandero vermelho. A Polícia Civil vai investigar o caso.

Saída temporária

Um dos beneficiados da saída temporária da Quaresma, Mateus Bruno Santos e Silva, em companhia de Paulo César Chagas dos Santos, foi preso no começo da noite de quarta-feira, 11, em São José de Ribamar, acusados de roubo. Os dois chegaram a trocar tiros com militares.

Os policiais receberam a denúncia de que a dupla estava armada em uma motocicleta Honda Titan vermelha assaltando na localidade Cadal, nessa cidade. Os militares somente encontraram os bandidos no bairro Moropoia, e foram recebidos a titos. A polícia conseguiu detê-los e apreenderam um revólver calibre 32, com quatro munições deflagradas.

Márcio Gabriel morreu por não entregar o celular

Mateus Bruno e mais 567 apenados do regime semiaberto foram beneficiados com a saída temporária da Quaresma e deixaram no último dia 11 o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, com data de retorno até as 18 horas da próxima terça-feira, 17. O juiz da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Márcio Brandão, informou que a saída temporária referente à Quaresma foi antecipada em razão da proximidade com o Dia das Mães deste ano, 10 de maio, em respeito ao que dispõe a Lei de Execuções Penais, no artigo 124, que exige o mínimo de 45 dias de intervalo entre dois períodos de benefício.●

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

PERGENTINO HOLANDA

ph@mirante.com.br
@holandaph

Homenagem a Carnevale

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, entregou ao diretor do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), coronel aviador Marco Antônio Carnevale Coelho, a "Medalha do Mérito Judiciário Antonio Rodrigues Vellozo".

Carnevale Coelho nasceu em Barbacena, Minas Gerais. Bacharel em Administração e graduado em Ciências Aeronáuticas, ele formou-se na Academia da Força Aérea (AFA) em 1994, atuando como piloto militar e instrutor de voo com mais de duas mil horas de experiência.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

AUMENTO

Processos de violência doméstica cresceram 90% no Maranhão

PÁGINA 9

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

DOMÉSTICA E FEMINICÍDIO

Processos de violência crescem 9% em 2019

No Brasil foram mais de um milhão de processos de violência doméstica e 5,1 mil processos de feminicídio em tramitação na Justiça no ano passado

PATRÍCIA CUNHA

DIVULGAÇÃO

NO MARANHÃO FORAM 13.803 PROCESSOS NOVOS EM 2019, UM CRESCIMENTO DE 9%

Dados do Painel de Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mostram que nos casos de violência doméstica, houve aumento de quase 10%, com o recebimento de 563,7 mil novos processos em 2019. Os casos de feminicídios que chegaram ao Judiciário cresceram 5% em relação a 2018.

No Maranhão foram 13.803 processos novos em 2019, um crescimento de 9% em relação a 2018, quando foram registrados 12.638 novos processos de violência doméstica. Quanto às medidas protetivas foram 11.455 em 2019, e 9662 em 2018. 22 processos novos de feminicídio em 2018, e 25 em 2019, de acordo com o CNJ.

Para a coordenadora do Movimento Permanente de Combate à Violência Doméstica do CNJ, conselheira Maria Cristiana Ziouva, os dados sinalizam uma mudança de postura das mulheres. "As mulheres estão denunciando os agressores. Elas têm buscado o Poder Público, as delegacias, a Justiça, a Defensoria e têm pedido a concessão dessas medidas. Essa é uma ação importante das mulheres, que não aceitam mais viver uma vida de violência e terror e confiam no Judiciário para buscar a saída."

E para agilizar ainda mais os processos de violência doméstica contra a mulher e ampliar a efetividade da "Lei Maria da Penha" (Lei n.º 11.340/2006), está acontecendo desde o início da semana a 16ª edição da Semana Justiça pela Paz em Casa, com atividades de conscientização e mutirões de audiências na capital e em diversas comarcas do Estado. No período, magistrados de todo o país concentram esforços para julgar e agilizar processos que envolvam casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres.

No Maranhão, o evento é viabilizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça (Cemulher/TJMA), presidida pela desembargadora Angela Salazar. "A campanha nacional Justiça Pela Paz em Casa é uma oportunidade de reafirmarmos e fortalecermos nosso compromisso com a prevenção e o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, por meio de mutirões, ações, políticas e projetos", pontuou a desembargadora.

A campanha nacional Justiça Pela Paz em Casa é uma oportunidade de reafirmarmos e fortalecermos nosso compromisso

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

200 audiências agendadas na Justiça

A semana termina hoje, sexta-feira. No Fórum de São Luís (Calhau), está sendo realizado um mutirão na 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com a atuação de juízes, servidores, promotores, defensores públicos e advogados, em cinco salas de audiências.

Constam na pauta 200 audiências agendadas. No local, as vítimas de violência recebem orientações, antes das audiências, prestadas por equipe multidisciplinar da 1ª Vara, para que as mais diversas dúvidas sejam esclarecidas sobre o assunto (direitos da mulher, trâmite processual etc).

Na 2ª Vara da Mulher, sob a titularidade da juíza Lúcia Helena Heluy, estão sendo apreciadas e deferidas medidas protetivas de urgência em favor das mulheres, além de sentenças proferidas.

Maranhão: 283 audiências em 2019

No ano passado a Justiça brasileira deu andamento a mais de 120 mil processos de violência doméstica contra mulheres, entre eles, de feminicídio ou tentativa de feminicídio, analisados durante as três edições da Semana Justiça pela Paz em Casa – ocorridas em março, agosto e novembro – no país.

No Maranhão, a edição do ano passado realizou 283 audiências, sendo 32 preliminares e 230 instrutórias; 387 sentenças proferidas, sendo 266 com decisão de mérito e 121 sem decisão de mérito; além de 154 medidas protetivas de urgência deferidas e 506 despachos expedidos em processos.

Os dados foram resultantes do esforço concentrado de magistrados e servidores de diversas comarcas do Estado. A Campanha Justiça pela Paz em Casa foi criada em 2015, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com os tribunais de Justiça estaduais, com o objetivo de concentrar esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero.

A iniciativa integra a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

O projeto acontece em três edições por ano: em março (marcando o dia das mulheres), em agosto (aniversário de sanção da Lei Maria da Penha) e em novembro (quando a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

IMPROBIDADE | Determinada indisponibilidade de bens de empresas e de ex-presidente da Câmara de Barra do Corda por irregularidades em licitações

O Juiz Antônio Elias de Queiroga Filho (titular da 1ª Vara de Barra do Corda) concedeu medida liminar determinando a indisponibilidade de bens das empresas "N.F. BOMFIM COMÉRCIO", e sua representante Núbia Fernandes Bonfim, e "F.D. DE MENEZES", representada por Fabiano Dockhorn de Meneses, em três ações civis de improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público Estadual, por irregularidades em processos de licitação para compra de mercadorias para a Câmara Municipal de Barra do Corda.

Os valores a serem bloqueados nas contas das duas empresas somam R$ 622.123,94 em contratos firmados nos exercícios dos anos de 2016, 2017 e 2018, para aquisição de gêneros alimentícios, material de expediente e limpeza

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

para o Legislativo Municipal de Barra do Corda, representada nos autos pelo seu então presidente, vereador Gilvan José Oliveira Pereira.

Além das empresas e do ex-presidente da Câmara Municipal, mais cinco réus membros das comissões de licitação que participaram da elaboração do processo licitatório foram atingidos pela decisão. Esses terão os valores bloqueados nas contas no valor total dos contratos firmados com o Legislativo Municipal. Para as empresas, o bloqueio será no limite de cada contrato firmado.

As ações foram baseadas em inquéritos civis públicos instaurados pelo Ministério Público estadual, após denúncia anônima, para apurar possíveis irregularidades em procedimentos licitatórios na modalidade Tomada de Preços (nº. 05/2016, nº. 05/2017 e nº. 03/2018), do tipo menor preço por lote, pela Câmara Municipal de Barra do Corda com aquelas empresas, que resultaram na celebração dos contratos administrativos, nos valores de R$ 209.800,48 (2016), R$ 219.618,02 (2017) e R$ 212.381,27 (2018).

O juiz determinou também que seja comunicado à serventia extrajudicial do 1º Ofício de Barra do Corda, e à serventia extrajudicial de o São Luís (MA) e Raposa (MA), com atribuição em registro imobiliário, sem prejuízo do bloqueio bancário via sistema, para que tornem indisponíveis todos e quaisquer bens existentes em nome dos réus, no limite do valor a ser reparado, conforme valor atribuído em cada causa.

IRREGULARIDADES - O MPE Informou que foram requisitados documentos e informações ao presidente da Câmara de Vereadores de Barra do Corda, sendo encaminhada cópia do procedimento licitatório. Entretanto, após análise da Procuradoria Geral de Justiça, e depois de prestadas informações, foram constatadas a permanência das irregularidades quanto à formalização do procedimento, e elaboração do edital.

Dentre as irregularidades constatadas nos autos, a ausência de justificativa da necessidade de contratação; pesquisa de preços com apenas três fornecedores; ausência do montante dos créditos orçamentários vigentes e dotações disponíveis para a realização da licitação; ausência da designação de representante da administração para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e falta de provas de que o aviso de licitação foi publicado em periódico de grande circulação, dentre outras inconsistências.

O juiz fundamentou sua decisão mencionando a desproporcionalidade na aquisição dos bens, como 300 baldes para cada ano, por exemplo e a falta de razoabilidade na compra e na desproporcionalidade da quantidade adquirida. O magistrado concluiu ter constatado a desnecessidade na contratação de muitos dos itens adquiridos, sem se esquecer da desproporcionalidade, decorrente, da falta de estudo técnico que integrasse o edital do certame a justificar a contratação e a quantidade, levando-se em conta critérios de média de consumo por item e tempo de uso.

"Ainda que justificada a compra de todos os materiais, visando a atender os fins almejados – almoços, jantares – percebe-se numa análise de cognição sumária dos fatos, que há total coffee breaks , desproporcionalidade na quantidade adquirida", frisou o juiz na decisão. ***(Assessoria de Comunicação - Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão)***

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Fora da Pauta

Willian Marinho
williamarinho@hotmail.com

Cuidem-se

568 detentos irão deixar o presídio de Pedrinhas durante a Quaresma. Fechem as portas e coloquem cadeados nas janelas. Durante a quaresma, centenas de condenados irão sair das celas para passar o feriado nas ruas. Sempre que isso acontece, os cidadãos de bem ficam apreensivos. É que muitos dos apenados aproveitam o período fora da cadeia para assaltar e cometer novos crimes. Alguns nem retornam para a unidade prisional.

Antecipado

Eles deixam os Complexos Penitenciários do Estado, com retorno previsto para a próxima terça-feira (17). Em ofício encaminhado aos órgãos do sistema de Justiça, o magistrado esclarece que a saída temporária, nesse caso, foi antecipada em razão da proximidade da Páscoa com o Dia das Mães deste ano, 10 de maio. A Lei de Execuções Penais exige, no mínimo, 45 dias de intervalo entre dois períodos de benefício.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Fora da Pauta

Willian Marinho
williamarinho@hotmail.com

Entrância

O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, deu posse, na terça-feira (10), em seu gabinete, à juíza Sara Fernanda Gama, na 1ª Vara de Paço do Lumiar, Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís, de entrância final.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo